

A EDUCAÇÃO NO TERRITÓRIO DO AMAPÁ: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Ronaldo Costa Sousa

RESUMO

Introdução: O artigo analisa a situação da educação no território do Amapá desde a sua transição para estado até os anos 2000. Destacam-se os principais documentos e políticas educacionais que nortearam o processo de transição e o desenvolvimento da educação na região. **Objetivo:** analisar a situação da educação no território do Amapá, abordando desde a sua transição para estado até os anos 2000. **Metodologia:** A pesquisa foi de cunho qualitativo com a abordagem de estudo de caso. **Resultados e Discussão:** O Estado demonstrou ineficiência no planejamento e execução de políticas públicas voltadas para a educação, não compreendendo a importância de agir estrategicamente e envolver a população nas decisões relacionadas ao processo educativo. Foram mencionados dois importantes documentos que orientaram as políticas educacionais: o Plano de Desenvolvimento da Educação no Estado do Amapá (PDEEA) e as Diretrizes Curriculares para o Estado do Amapá (PDSA). **Conclusão:** O estudo busca contribuir para uma melhor compreensão da história da educação no Amapá e enfatiza a importância da imagem, especialmente da fotografia, como instrumento de registro histórico e cultural na preservação da memória das comunidades escolares.

Palavras-chave: Educação. Amapá. Desenvolvimento. Políticas educacionais. História

ABSTRACT

Introduction: The article analyzes the situation of education in the territory of Amapá since its transition to the state until the 2000s. The main documents and educational policies that guided the transition process and the development of education in the region stand out. **Objective:** analyze the

situation of education in the territory of Amapá, approaching since its transition to the state until the 2000s. **Methodology:** The research was qualitative with a case study approach. **Results and Discussion:** The State demonstrated inefficiency in the planning and execution of public policies aimed at education, not understanding the importance of acting strategically and involving the population in decisions related to the educational process. Two important documents that guided educational policies were mentioned: the Education Development Plan in the State of Amapá (PDEEA) and the Curriculum Guidelines for the State of Amapá (PDSA). **Conclusion:** The study seeks to contribute to a better understanding of the history of education in Amapá and emphasizes the importance of image, especially photography, as an instrument of historical and cultural record in the preservation of the memory of school communities.

Keywords: Education. Amapá. Development. Educational policies. History.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a situação da educação no território do Amapá, abordando desde a sua transição para estado até os anos 2000. Para tanto, foram utilizados como referencial teórico os estudos de diversos pesquisadores, tais como Chelala (2008), Sá (2005), Silva, Dias, Lobato, entre outros.

Ao longo do texto, foram apresentados fragmentos da história da educação no Amapá, destacando os principais documentos e políticas educacionais que nortearam o processo de transição para estado e o desenvolvimento da educação na região. Sendo abordados, também, aspectos históricos e geográficos do município do Amapá, onde se localiza a Escola Estadual Vidal de Negreiros, objeto de estudo desta pesquisa.

A análise partiu do entendimento de que o Estado, apesar de sua grande capacidade de alcance nas decisões e ações, demonstrou ineficiência no planejamento e execução de políticas públicas voltadas para a educação.

Segundo Chelala (2008), o Estado não compreendeu a importância de agir de forma estratégica e envolver a população nas decisões relacionadas ao processo educativo, o que impactou negativamente o desenvolvimento da região.

A pesquisa de Sá (2005) foi fundamental para compreender a educação amapaense na época, destacando dois importantes documentos que orientaram as políticas educacionais: o Plano de Desenvolvimento da Educação no Estado do Amapá (PDEEA), no governo de Aníbal Barcelos, e as Diretrizes Curriculares para o Estado do Amapá (PDSA), no governo João Alberto Capiberibe.

Ao longo do artigo, foram apresentadas imagens que retratam a realidade da educação no Amapá, como os alunos da Escola Normal de Macapá e a formatura de contabilistas da Escola de Comércio de Macapá, buscando ilustrar o contexto histórico da época.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para uma melhor compreensão da história da educação no Amapá, identificando desafios enfrentados e possíveis caminhos para o aprimoramento do sistema educacional na região.

2 EDUCAÇÃO NO TERRITÓRIO DO AMAPÁ

A educação no território do Amapá era uma preocupação central do governo. Segundo os estudos de Lobato (2009) e Dias (2014), a formação dos professores passa a ser uma prioridade nesse período da História. A Divisão de Educação e Cultura criou cursos de férias para professores, com o objetivo de incentivar a adesão dos docentes às políticas educacionais propostas pelo governo. A orientação desses cursos era focada não apenas na revisão de matérias, mas também nas lições e prática do ensino rural.

No entanto, Dias (2014) argumenta que não houve uma política educacional "sistêmica" elaborada especificamente para o território do Amapá. Ela sugere que as ações desenvolvidas estavam mais relacionadas a questões nacionais de ordem econômica, como o processo de industrialização e o fluxo

migratório de populações menos favorecidas economicamente para as regiões Sudeste e Sul em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Por outro lado, Chelala (2008) critica a ineficiência do Estado do Amapá no planejamento e execução de políticas públicas, incluindo as relacionadas à educação. De acordo com Sá (2005), o Estado não compreendeu a importância de agir estrategicamente e envolver o povo nas decisões relacionadas ao processo educativo necessário para o desenvolvimento da região.

A partir dos anos 1990, no processo de transição do território para estado, foram implementadas políticas educacionais importantes. No governo de Aníbal Barcelos, estabeleceu-se o Plano de Desenvolvimento da Educação do Estado do Amapá (PDEEA), enquanto no governo de João Alberto Capiberibe foram criadas as Diretrizes Curriculares para o Estado do Amapá (PDSA). Esses documentos são fundamentais para nortear as políticas educacionais durante esse período de transição.

O PDEEA tinha como objetivo principal o desenvolvimento da educação no Estado do Amapá. Esse plano abrangia diversas áreas da educação, como infraestrutura escolar, formação de professores, inclusão educacional, entre outros. O PDEEA buscava promover a melhoria da qualidade do ensino e o acesso à educação para todos os cidadãos do estado.

É importante ratificar que, embora o Plano nacional consistisse em um conjunto de diretrizes políticas voltadas para a recuperação da escola fundamental no país, não se mostrou como acabado, nem reclamou a obrigação de ser adotado incondicionalmente pelas escolas do País inteiro, sem levar-se em consideração a realidade local. Pelo contrário, ressaltou que cada escola deveria realizar seu próprio diagnóstico, usando o plano nacional como modelo a ser aperfeiçoado e adequado nos Estados e Municípios através da elaboração de seus próprios planos (BRASIL/MEC, 1993).

Já o PDSA tinha como foco as Diretrizes Curriculares para o Estado do Amapá. Esse plano tinha como objetivo estabelecer as diretrizes gerais para o

currículo escolar do estado, ou seja, definir quais conteúdos e competências deveriam ser abordados nas escolas amapaenses. O PDSA buscava garantir a uniformidade e a qualidade do currículo, além de promover a formação integral dos estudantes.

Para viabilizar as estratégias de desenvolvimento sustentável no Amapá, o PDSA aponta para a necessidade de contribuição técnico-científica externa. Foram trazidas equipes de outras localidades para, num primeiro momento, ajudar na elaboração e execução das referidas estratégias e, em um segundo momento, criar uma capacidade local de produção de conhecimento em torno da temática de desenvolvimento com proteção ambiental. Apesar dessa proposta de participação exógena, o Plano defende a ideia de que as estratégias de desenvolvimento deveriam ser resultado de um debate que envolvesse toda a sociedade amapaense, exemplificada no Plano como as lideranças políticas, autoridades do governo, organizações civis, pesquisadores e instituições acadêmicas (AMAPÁ, 1995, p. 67).

Portanto, enquanto o PDEEA tinha uma abordagem mais abrangente e visava o desenvolvimento geral da educação no estado, o PDSA tinha um enfoque mais específico nas diretrizes curriculares e na formação dos estudantes. Ambos os planos eram importantes para o avanço da educação no Amapá, mas apresentavam diferenças em relação aos seus objetivos e escopos.

A educação no território do Amapá foi marcada pela preocupação com a formação dos professores e pela falta de uma política educacional abrangente. Houve iniciativas para incentivar a adesão dos docentes às políticas governamentais, mas também críticas à falta de planejamento e envolvimento do povo nas decisões educacionais. A transição para estado trouxe a implementação de importantes políticas educacionais, visando o desenvolvimento da região.

3 INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS NO TERRITÓRIO DO AMAPÁ

É possível observar que a infraestrutura da educação no Estado do Amapá passou por transformações ao longo do tempo (NUNES, 1944). No início, havia apenas sete escolas que atendiam a um grande número de crianças em idade escolar. Essas escolas eram localizadas em barracas antihigiênicas, sem os requisitos básicos de conforto. O número de professores também era limitado, com a maioria sendo leiga e de baixo nível cultural (JORNAL AMAPÁ, 1948).

Com o passar do tempo, houve um esforço para melhorar a situação. Foram implementadas escolas rurais de ensino primário em todos os núcleos de população, além de escolas isoladas e grupos escolares. Essas iniciativas visavam atender a população escolar abandonada e promover uma difusão do ensino mais eficiente (JORNAL AMAPÁ, 1948).

O avanço educacional no Amapá era visto como um motivo de orgulho para o território. O governo demonstrava preocupação com a situação de atraso do interior e afirmava que seria necessário apelar para o idealismo do professorado ou buscar mais recursos financeiros para garantir o conforto nas escolas (JORNAL AMAPÁ, 1953).

Apesar dos esforços, o discurso político veiculado pela imprensa oficial local nem sempre correspondia à realidade das condições de ensino. A falta de recursos financeiros e a presença de professores não habilitados eram desafios enfrentados pela educação no território (JORNAL AMAPÁ, 1953).

A infraestrutura da educação no Estado do Amapá passou por melhorias ao longo do tempo, com a implementação de escolas rurais, isoladas e grupos escolares. No entanto, ainda havia desafios a serem superados, como a falta de recursos financeiros e a presença de professores não habilitados. A situação de ensino no Amapá era um tema recorrente no discurso político, que buscava promover a ideia de um futuro grandioso para o território por meio da educação (JORNAL AMAPÁ, 1953).

4 EDUCAÇÃO NO ESTADO DO AMAPÁ

Nos primeiros anos de implantação do Estado do Amapá, a educação passou por diversas transformações. O Amapá se tornou um estado através da Constituição de 1988, durante o processo de redemocratização do Brasil. Na década de 1980, o então governador do território iniciou a construção de uma nova infraestrutura local, visando se preparar para a estadualização.

Na década de 1980, quando a estadualização já era esperada, o então governador do território deu início à construção de uma nova infraestrutura local. Em obra sobre os dois governos de Anníbal Barcellos (PENNAFORT, 1994), a figura do governador aparece como o propulsor do desenvolvimento da região, aquele que, em seu primeiro mandato, preparou o Amapá, em especial a capital Macapá, para receber a categoria de Estado, construindo a infraestrutura necessária à capital Macapá: a Assembleia Legislativa, o Banco do Estado e o novo Palácio do Governo. Em outro tratado sobre o governo Barcellos, numa breve referência sobre a educação pública no estado, com ênfase para inaugurações e reformas de prédios escolares, o termo usado para se referir aos professores e demais profissionais da educação é mão de obra docente. Com a estadualização, ocorreram transformações intensas nos aspectos demográfico, político, econômico, político administrativo, nas finanças públicas e no uso e ocupação das terras, ressaltando-se que grande parte do território amapaense é composto por áreas indígenas e áreas de proteção ambiental desde a década de 1960. A criação de novos municípios, a construção da BR 156 e a exploração de ouro são exemplos dessas transformações no período pós estadualização (SÁ, 2005, p.59).

Durante a transição de território para estados, os documentos que nortearam as políticas educacionais foram o PDEEA e o PDSA. Esses documentos tinham como objetivo estabelecer diretrizes e metas para o desenvolvimento da educação no estado.

No entanto, Chelala (2008) afirma que o Estado do Amapá foi ineficiente no planejamento e execução de políticas públicas, demonstrando uma falta de

compreensão estratégica e envolvimento do povo nas decisões educativas. Isso ressalta a importância de se envolver a comunidade nas discussões e decisões relacionadas ao processo educativo, a fim de promover um desenvolvimento pleno e bem-sucedido da região.

É importante destacar que a formação dos professores foi uma grande preocupação no então Território do Amapá durante o governo de Janary Nunes. Para incentivar os professores a aderirem às políticas educacionais do governo, foram criados cursos de férias. Nessas capacitações, além da revisão de conteúdos, era dada ênfase às lições e prática do ensino rural, pois acreditava-se que o trabalho de alfabetização do povo seria inútil se não fosse acompanhado da valorização do ensino rural.

A educação no Estado do Amapá passou por transformações significativas, entretanto a falta de eficiência do Estado na execução de políticas públicas e a necessidade de envolvimento da comunidade nas decisões educativas foram pontos destacados por Chelala. A formação dos professores também foi uma preocupação importante, com a criação de cursos de férias que enfatizavam o ensino rural.

5 ACESSO À EDUCAÇÃO NO ESTADO DO AMAPÁ

O relatório apresentado por Romulo de Almeida no Congresso Brasileiro de Educação em 1942 evidencia a importância da educação rural no Amapá (SCHELBAUER, 2013). O documento ressalta a necessidade de ampliar o número de escolas rurais, pois reconhece que a população rural tem sido negligenciada e precisa de uma educação adequada para desenvolver-se e trabalhar a terra de forma proveitosa

As autoridades constituídas no Amapá justificavam a expansão das escolas rurais com o argumento de que o homem do campo estava sendo esquecido. No entanto, essa expansão revela também uma concepção sobre o homem do interior, que necessitava de uma educação adequada para superar a ignorância em que vivia.

O Relatório de Governo de 1944 aponta a situação precária do ensino no Território Federal do Amapá. O documento menciona a falta de professores

habilitados e a escassez de recursos financeiros para a manutenção das escolas. Diante desses desafios, o relatório sugere que será necessário apelar para o idealismo dos professores ou esperar por mais recursos financeiros para melhorar as condições das escolas.

O problema do financiamento educacional também é abordado em um artigo sobre a educação no Território do Amapá. O texto menciona que alguns grupos escolares e escolas rurais foram criados a partir de um convênio entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e o governo do Amapá. No entanto, é mencionado que ainda há cinco escolas por inaugurar, o que indica que a expansão da educação ainda não foi plenamente alcançada.

De acordo com Sá (2005), há uma discrepância entre o número de matrículas efetivas e a conclusão do curso primário. Isso sugere que, mesmo com o aumento do acesso à educação, muitos estudantes não conseguem concluir seus estudos no tempo previsto. Essa questão levanta preocupações sobre a qualidade do ensino e os desafios enfrentados pelos alunos, especialmente em comunidades rurais e remotas.

6 MUNICÍPIO DE AMAPÁ

A história do município de Amapá é marcada por acontecimentos relacionados à conquista de terras e seus reflexos na população da região de fronteira. A descoberta de ouro em Calçoene em 1894 intensificou os conflitos e atraiu a presença de europeus e norte-americanos, que se estabeleceram nas cabeceiras do rio. Esses estrangeiros, especialmente os caienenses, passaram a dominar a região, agindo de forma opressiva, perseguindo índios e escravizando mulheres.



Figura 01: Moradores e estrangeiros no município de Amapá. Fonte: Prefeitura do Amapá



Figura 02: Dirigível na base aeronaval do município de Amapá. Fonte: Prefeitura do Amapá

A região ao norte do Amapá foi contestada pelos franceses, o que levou à assinatura de tratados para definir a fronteira. No entanto, os franceses continuaram invadindo a área devido à descoberta de ouro, comportando-se como proprietários exclusivos da região e impedindo o acesso dos brasileiros às minas. Em resposta, os brasileiros se mobilizaram para combater a audácia do governo francês, formando uma junta governativa chamada Triunvirato em

dezembro de 1894, composta por Francisco Xavier da Veiga Cabral, Cônego Domingos Maltez e Desidério Antônio Coelho. A junta foi encarregada de elaborar e aplicar leis relacionadas a questões econômicas e sociais da região.



Figura 03: Monumento de Cabralzinho. Fonte: Prefeitura do Amapá

Os franceses também agiram em resposta, nomeando um ex-escravo chamado Trajano como governador de Cunani, na tentativa de neutralizar a reação brasileira. Trajano desrespeitou as decisões do Triunvirato e perseguiu os mineiros brasileiros. Cabralzinho, autoridade máxima do Triunvirato, ordenou a prisão de Trajano e impôs castigos físicos severos. Em seguida, o governador de Caiena, M. Charveim, enviou uma expedição militar liderada pelo capitão Lunier com 130 soldados para libertar Trajano, prender Cabralzinho e levá-lo para Caiena. Na época, a vila do Espírito Santo do Amapá era o centro mais importante da região.

7 ESCOLA ESTADUAL VIDAL DE NEGREIROS

A Escola Estadual Vidal de Negreiros, localizada no município de Amapá, possui uma história rica e significativa. Podemos acompanhar sua evolução por meio de registros fotográficos obtidas a partir do acervo própria escola, bem como de jornais e revistas da época que também publicaram sobre os eventos registrados nas fotos.



Figura 04: Amapá antiga. Fonte: IBGE

A Escola Estadual Vidal de Negreiros tem suas raízes históricas no período em que o Amapá ainda era um território. Durante a transição para o estado, a educação passou por diversas transformações. O Amapá se tornou um estado através da Constituição de 1988, durante o processo de redemocratização do Brasil. Na década de 1980, o então governador do território iniciou a construção de uma nova infraestrutura local, visando se preparar para a estadualização.

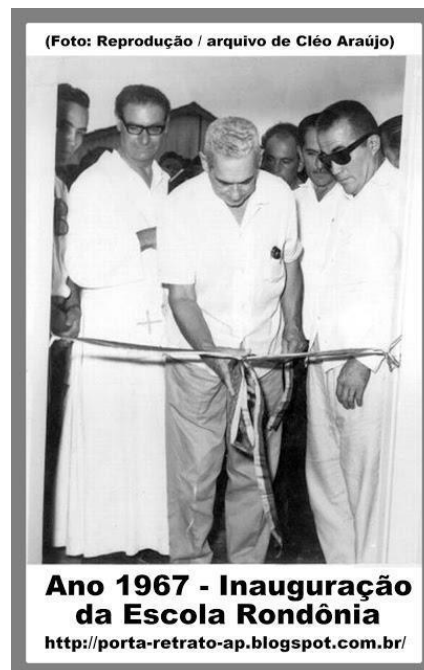


Figura 05: Padre Bruno Em Inauguração de Escola. Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/>

A partir dos anos 1990, a escola passou a receber mais atenção e investimento por parte do governo. O Estado do Amapá implementou políticas educacionais importantes, visando o desenvolvimento da região. No entanto, houve críticas à falta de planejamento e envolvimento do povo nas decisões educacionais.

Ao longo de sua história, a Escola Estadual Vidal de Negreiros teve um papel importante na formação dos egressos. A relevância dos eventos escolares na formação dos estudantes foi destacada por pesquisadores. A escola realizou diversos eventos ao longo dos anos, registrados em fotografias que compõem o acervo fotográfico da instituição. Esses eventos contribuíram para a formação dos estudantes e para a construção de uma identidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que, durante a transição de território para estado, foram estabelecidos importantes documentos que nortearam as políticas educacionais, como o PDEEA no governo de Aníbal Barcelos e o PDSA no governo João Alberto Capiberibe. No entanto, essas diretrizes não foram efetivamente implementadas, resultando em obstáculos persistentes no sistema educacional amapaense.

A Escola Estadual Vidal de Negreiros, localizada no município do Amapá, representa um exemplo do contexto histórico e geográfico da região. A formação do município do Amapá remonta à época do descobrimento, sendo que a denominação "Amapá" tem origem indígena e está relacionada à chuva e à árvore amapazeiro. Vale ressaltar que o município já foi capital do ex-Território Federal do Amapá.

Ao analisar o Plano de Desenvolvimento da Educação no Estado do Amapá (PDEEA), identificamos que as principais questões abordadas dizem respeito à alta taxa de analfabetismo, especialmente na zona rural, e à pobreza da população que prioriza o trabalho em detrimento da educação. Além disso, observamos que uma parcela significativa da população migrou para as áreas urbanas, como Macapá e Santana.

Em suma, a história da educação no Estado do Amapá revela desafios persistentes e a necessidade de uma abordagem estratégica e participativa por parte do Estado na formulação e implementação de políticas educacionais. É fundamental que sejam promovidas ações estratégicas para combater o analfabetismo, valorizar a educação como um direito fundamental e envolver a população nas decisões relacionadas ao processo educativo, visando ao desenvolvimento pleno da região.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Governo do Estado do Amapá. **Amapá programa de desenvolvimento sustentável**. Macapá: GEA, 1995.

BRASIL. MEC. Ministério da Educação. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília, DF: MEC, 1993. Versão acrescida. 136 p.

CHELALA, CHARLES. Educação e desenvolvimento regional: o caso do Amapá. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 335-350, 2008.

DIAS, Ana Olga da Silva et al. A organização da educação no território federal do Amapá: do "ideal" ao real, do liberal ao conservador (1943-1958). 2014.

Jornal Amapá. **Panorama educacional do Amapá: visão retrospectiva**. OrganizacaoEducacaoTerritorio.pdf&page=219. 1948.

Jornal Amapá. **Administração do então Território do Amapá**. OrganizacaoEducacaoTerritorio.pdf&page=268. 1953.

LOBATO, Sidney da Silva. **Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)**. Editora Paka-Tatu, 2009.

NUNES, A. **Relatório de Governo**, relativo ao ano de 1944. OrganizacaoEducacaoTerritorio.pdf&page=211. 1944.

SÁ, M. Amapá: a educação em busca de um projeto. **Revista de Estudos Sociais**, v. 7, n. 1, p. 27-35, 2005.

SILVA, Maura Leal da. **O Território Imaginado”: Amapá, de Território à autonomia política (1943-1988)**. 2017. 380 p. 2018. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História) -Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23698/1/2017_MauraLealdaSilva.pdf.

SCHELBAUER, Analete Regina; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Ensino primário no meio rural paranaense: em foco as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores entre as décadas de 30 e 50 do século XX. **Cadernos de história da educação**, v. 12, n. 1, p. 83-107, 2013.